

528
Câmara Municipal

CACEQUI-RS

Prot. 2.229 Pag. 149

Data 28/05/25


Assessoria

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
1º QUADRIMESTRE DE 2025

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 28/05/2025.

Hora

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Primeiro Quadrimestre de 2025, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do primeiro e do segundo bimestres de 2025, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumprir informar que, em razão de a população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que tratam os art. 53 e 54 da mesma lei.

Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no primeiro e no segundo bimestres de 2025.

1 – Análise de Comportamento da Receita

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2025 no montante de R\$94.487.436,17 (Noventa e quatro milhões quatrocentos e oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos). A receita efetivada no período de janeiro a Abril foi de R\$30.127.665,81 (Trinta milhões cento e vinte e sete mil seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos), tendo sido arrecadado, portanto, 31,89% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$27.180.175,96 (Vinte e sete milhões cento e oitenta mil cento e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos) constante na programação financeira, que considerou as reestimativas de receitas, demonstra-se um excedente de 110,84%. Esse desempenho

foi propiciado pelo resultado positivo das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 31,89% da programação anual.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (A)	Decreto de Programação Financeira (B)	Realiz. no Período (C)	% (C/A)	% (C/B)
1 – Receitas Correntes	85.453.786,60	25.327.022,15	25.697.136,81	30,07	101,46
Receita Tributária	12.592.916,54	4.060.658,67	3.666.728,64	29,12	90,30
Receita de Contribuições	2.153.727,91	619.293,99	629.992,80	29,25	101,73
Receita Patrimonial	7.084.500,33	1.397.198,87	2.657.306,25	37,51	190,19
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	-	-
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	-	-
Receita de Serviços	43.767,10	9.990,52	12.763,28	29,16	127,75
Transferências Correntes	62.703.830,04	18.929.379,71	18.535.877,41	29,56	97,92
Outras Rec. Correntes	875.044,68	310.500,39	194.468,43	85,33	62,63
2 – Receitas de Capital	3.511.320,53	213.880,49	2.996.350,20	85,33	1.400,95
Operações de Crédito	0,00	0,00	2.160.909,20	-	-
Alienação de Bens	889.628,26	0,00	585.441,00	65,81	-
Amort. de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	-	-
Transfer. De Capital	2.621.692,27	213.880,49	250.000,00	9,54	116,89
Outras Rec. De Capital	0,00	0,00	0,00	-	-
7 - Receitas Correntes - Intraorçamentárias	5.522.329,04	1.639.273,32	1.434.178,80	25,97	87,49
Total da Receita	94.487.436,17	27.180.175,96	30.127.665,81	31,89	110,84

Fonte:

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a abril), de acordo com a programação financeira, foi de R\$25.327.022,15 (Vinte e cinco milhões trezentos e vinte e sete mil vinte e dois reais e quinze centavos). Os valores realizados corresponderam a R\$25.697.136,81 (Vinte e cinco milhões seiscentos e noventa e sete mil cento e trinta e seis reais e oitenta e um centavos), superando 101,46% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas tributárias e as transferências correntes, que figuraram, respectivamente, com 12,17% e 61,52% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho das receitas patrimoniais, que apresentaram variação positiva de 190,19% em relação ao previsto para o período, correspondendo a 37,51% do valor projetado para o exercício.

Conforme o balancete divulgado, a Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$3.666.728,64 (Três milhões seiscentos e sessenta e seis mil setecentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos), que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$4.060.658,67

(Quatro milhões sessenta mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos), representa uma realização de 90,30% da projeção para o período e 29,12% do valor estimado para o ano.

O IPTU arrecadou 29,09% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$2.539.751,04 (Dois milhões quinhentos e trinta e nove mil setecentos e cinquenta e um reais e quatro centavos), tendo sido arrecadados R\$738.894,69 (Setecentos e trinta e oito mil oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e nove centavos). A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada negativamente pela desatualização do cadastro imobiliário do Município e da quantidade de isenções e das prescrições concedidas pelo município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, para o qual havia uma projeção de R\$4.702.113,17 (Quatro milhões setecentos e dois mil cento e trezes reais e dezessete centavos) para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$513.864,02 (Quinhentos e treze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e dois centavos), 10,93% do valor previsto para o exercício. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$1.242.052,80 (Hum milhão duzentos e quarenta e dois mil cinquenta e dois reais e oitenta centavos), o que representa 60,93% da previsão. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à implementação de uma política de combate à sonegação de impostos.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$238.877,35 (Duzentos e trinta e oito mil oitocentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos), contra uma projeção de R\$543.096,00 (Quinhentos e quarenta e três mil e noventa e seis reais). Arrecadou-se, portanto, 43,98% da meta anual.

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de abril, o valor R\$629.992,80 (Seiscentos e vinte e nove mil novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), correspondendo a 29,25% da previsão anual.

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que totalizou R\$6.124.475,58 (Seis milhões cento e vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) no período, correspondendo a 29,45% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$5.400.973,20 (Cinco milhões quatrocentos mil novecentos e setenta e três reais e vinte centavos), ou seja, 30,72% da expectativa inicial, que era de R\$17.581.163,37 (Dezessete milhões quinhentos e oitenta e um mil cento e sessenta e três reais e trinta e sete centavos). O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, e a atividade econômica no Estado.

As Outras Transferências Correntes registraram o montante de R\$194.468,43 (Cento e noventa e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos), representando 22,22% do total previsto.

As Receitas de Capital alcançaram 85,33% do previsto. A maior previsão e, também, maior desempenho verificado nesse grupo ocorreu nas receitas de Operações de Crédito, que demonstraram um ingresso de R\$2.160.909,20 (Dois milhões cento e sessenta mil novecentos e nove reais e vinte centavos).

2. Análise do Comportamento da Despesa

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o R P P S, no período de janeiro a abril de 2025, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 52,94%, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$2.067.797,98 (Dois milhões sessenta e sete mil setecentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos). Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas programadas para o período.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intraorçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até o mês de abril, totalizaram R\$29.791.615,22 (Vinte e nove milhões setecentos e noventa e um mil seiscentos e quinze reais e vinte e dois centavos), valor equivalente a 112,76% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$28.910.742,39 (Vinte e oito milhões novecentos e dez mil setecentos e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos), correspondendo a 113,44% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$880.872,83 (Oitocentos e oitenta mil oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos), inferiores ao valor projetado para o período de R\$933.294,26 (Novecentos e trinta e três mil duzentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos).

QUADRO 2 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Orçamentária - Arrecadada	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
(1) Receita Total	94.783.804,25	30.127.665,81	31,79

Despesa Orçamentária - Liquidada	Dotação Atualizada (A)	Liquidada no Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	83.410.044,84	28.910.742,39	34,66
Pessoal e Encargos Sociais	51.585.447,55	16.242.952,22	31,49
Juros e Encargos da Dívida	2.500.000,00	483.334,17	19,33
Outras Despesas Correntes	29.324.597,29	12.184.456,00	41,55
Despesas de Capital	4.814.469,94	880.872,83	18,30
Investimentos	2.090.469,94	255.289,26	12,21
Inversões Financeiras	25.000,00	24.000,00	96,00
Amortização da Dívida	2.699.000,00	601.583,57	22,29
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	-
Reserva de Contingência	7.317.731,80	0,00	-
(2) Despesa Total	95.542.246,58	29.791.615,22	31,18
Resultado Orçamentário (1-2)	-1.054.810,41	336.050,59	-31,86
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		98,88	

Fonte:

Observações:

a) o valor informado na coluna Previsão Atualizada da receita, segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, corresponde a:

Previsão inicial da Receita	R\$94.487.436,17
(+) Excesso de arrecadação (inclusive proveniente de auxílios e convênios) utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 272.762,42
(+) Produto de operações de crédito não previstas na LOA, utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 23.605,66
(=) Previsão atualizada da Receita	R\$94.783.804,25

b) a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a previsão atualizada da despesa, no valor de R\$758.442,33 (Setecentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e três centavos) corresponde ao montante de recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, que foi indicado para a abertura de créditos adicionais, bem como o montante dos Créditos Especiais reaberto nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição da República.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$483.334,17 (Quatrocentos e oitenta e três mil trezentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos), correspondendo a 87% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$601.583,57

(Seiscentos e um mil quinhentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos), representaram um desembolso correspondente a 83,00% do total programado.

Já em relação às despesas com investimentos, superaram o valor inicialmente projetado, que foi de R\$201.240,46 (Duzentos e um mil duzentos e quarenta reais e quarenta e seis centavos), para o período, apresentando uma execução de R\$255.289,26 (Duzentos e cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e nove reais e vinte e seis centavos). Essa situação decorre do desempenho positivo da receita no período. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
VEICULOS DE TRACAO MECANICA
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

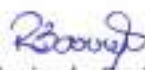
Conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$5.063.961,60 (Cinco milhões sessenta e três mil novecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos, o que corresponde a 27,14% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que no período avaliado o Município atingiu o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Particularmente no tocante ao FUNDEB, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi superavitário em relação a esses recursos. Assim, o ganho foi deduzido nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites. Cabe ainda destacar que, de acordo com a Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% do total recebido desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$3.550.331,17 (Três milhões quinhentos e cinquenta mil trezentos e trinta e um reais e dezessete centavos), o que corresponde a 115,24% dos recursos do referido fundo atendendo ao dispositivo legal supracitado.

Os gastos com saúde, conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, atingiram o montante de R\$4.148.131,12 (Quatro milhões cento e quarenta e oito mil cento e trinta e um reais e doze centavos), o que corresponde a 22,23% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o atingimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira foram atendidos, evidenciando, assim, a desnecessidade de ajustes na execução orçamentária para fins de atingimento das metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Rosana Maria de Freitas Barreto
Secretário da Fazenda